



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA

MINUTA

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – CAPDA**

DATA: 24 de abril de 2009

HORA: 10

LOCAL: Auditório da SUFRAMA, Manaus/AM.

Membros presentes à reunião:

José Aldemir de Oliveira – Governo do Estado do Amazonas

Elilde Mota de Menezes - SUFRAMA

Adalberto Afonso Barbosa – MCT (Suplente)

Cristina Valente – FINEP (Suplente)

Oduval Lobato Neto – Banco da Amazônia S.A. (Titular)

Saleh Mamud Abu Hamdeh – PIM (Titular)

Roberto Barcelar Alves Lavor – PIM (Suplente)

Manoel A. Soares Neto – PIM (Suplente)

Edleno Silva de Moura – Comunidade Científica (Suplente)

José Luiz de Souza Pio – Comunidade Científica (Segundo Suplente)

Niro Higuchi – Comunidade Científica (Titular)

Coordenação Geral do Conselho de Administração da SUFRAMA – CGCAS:

Luciano Jorge Muelas – Coordenador Geral

Claudio Pereira Machado – Analista

Aldevandra Andrade - Analista

Coordenação Geral de Gestão Tecnológica – CGTEC:

Alexandre José Antunes Neto

Ana Maria Holanda Farias Sales

Luiz Eduardo Pinheiro Nistal
Kátia Lorena S. Esteves
Kelry Laborda da Silva
Valclides Fernandes dos Santos
Ivaneide Alves Saldanha
Maria Edileuza dos Santos
William P. Kashimura

O representante da SUFRAMA, senhor Elilde Menezes, iniciou a reunião informando a ausência do Coordenador e de seu representante legal, impossibilitados de comparecerem à sessão do CAPDA ao tempo em que sugeriu aos demais comitentes que a reunião fosse conduzida pelo representante do Governo do Estado do Amazonas, professor José Aldemir, na ausência de uma indicação formal pela Coordenação, o que foi aceito por todos.

I – EXPEDIENTE

1. VOTAÇÃO DA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA, realizada em 27 de março de 2009, na cidade de Manaus/AM

- Aprovada por unanimidade

2. COMUNICAÇÕES:

2.1 – Comunicação da Secretaria do CAPDA:

Nº. 002/09 - Comunicamos a Vossas Senhorias que a SUFRAMA, na condição de Secretaria-Executiva do CAPDA, com o intuito de promover maior integração das empresas incentivadas pelo regime da Lei de Informática e as Instituições credenciadas por esse Comitê, solicitou dessas, a indicação de projetos/programas que gostariam que fossem apoiados pelos recursos oriundos da respectiva Lei.

O representante da SUFRAMA, senhor Elilde Menezes, leu o documento oficial para os comitentes na forma que segue: *“A Secretaria Executiva do CAPDA, com o intuito, entre outros, de promover a maior integração das empresas incentivadas pelo regime da Lei de Informática (Lei nº 8.387, de 1991) e as Instituições credenciadas por esse Comitê, vem por meio deste solicitar a indicação de seus projetos/programas os quais gostariam que fossem apoiados pelos recursos da Lei de Informática.”* (SIC)

Informo, ainda, que o objetivo do documento é mapear as demandas dos programas das instituições e ofertá-los às empresas que se interessem em desenvolvê-los durante o exercício de 2009. Registrou que este assunto oportunamente será encaminhado para conhecimento do Comitê, com a observação que o diagnóstico poderá servir para ação proposta na reunião anterior de mapear todos os recursos e projetos no ambiente científico e tecnológico de região.

Nº. 003/09 - Homologação dos resultados obtidos através de votação eletrônica, definida na 27ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2009, conforme estabelece a Resolução CAPDA nº 002, de 21 de fevereiro de 2003, relativamente à solicitação de credenciamento das seguintes instituições:

Aprovados:

- Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Roraima;
- Departamento de Pedagogia - DEPED da Universidade Federal de Rondônia - UNIR;
- Departamento de Física - DFIS da Universidade Federal de Rondônia - UNIR;
- Curso de Ciências Biológicas - CCB da Faculdade de Educação de Porto Velho – UNIRON;
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil – Superintendência de Manaus;
- Departamento de Relações Internacionais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima/UFRR.

Não aprovado:

- Instituto de Tecnologia e Educação GALILEO da Amazônia - ITEGAM.

- Aprovado a homologação por unanimidade

II - ORDEM DO DIA

Dando continuidade à reunião, professor José Aldemir passou para a Ordem do Dia, onde foi sugerido pelo representante do MCT, senhor Adalberto Afonso Barbosa, que o relatório fosse apresentado em “data show”, pois não teve tempo para tomar conhecimento do documento. O que foi feito.

3. PROPOSIÇÕES:

Nº. 003/09 - Relatório de Avaliação de Desempenho para fins de manutenção do credenciamento FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE–FHAJ, nº. 008/2009 – SAP /CAPDA/GTEC/ COART/COBOT, Processo Suframa nº. 52710.000504./2006-11.

- Aprovado por unanimidade

III - ASSUNTOS DE ORDEM GERAL

- Plano de Trabalho para realizar o mapeamento e diagnóstico objetivando quantificar as pessoas, as linhas, os investimentos em laboratórios, as instituições, os recursos, as fontes, os programas e os cursos disponíveis atualmente na Amazônia.

Neste ponto da pauta, o representante da SUFRAMA, Elilde de Menezes, explicou que este assunto foi abordado na última reunião, levando a Secretaria Executiva apresentá-lo para a discussão de melhor forma de se operacionalizar o diagnóstico.

O representante do Banco da Amazônia, Oduval Lobato Neto, questionou o CAPDA quanto a possibilidade de se iniciar este trabalho levando em consideração que órgãos

como o Banco da Amazônia, Banco do Brasil, SUDAM, ELETRONORTE e EMBRAPA dispõem de informações, apesar de restritas às suas ações na região.

O representante da SUFRAMA, senhor Eliilde Menezes lembrou ao comitente, representante do Banco da Amazônia, que a proposta inicial é o levantamento de programas, ações, projetos em andamento e resultados que decorram da aplicação de recursos oriundos da Lei de Informática e da competência do Comitê. Sugeriu ao comitente do Banco da Amazônia S.A. que trouxesse ao Comitê a carteira de projetos em andamento do Banco da Amazônia, propondo ainda que a Secretaria Executiva do CAPDA indagasse oficialmente estes órgãos se dispõem destas informações.

O representante do PIM, professor Roberto Lavor, aproveitou a oportunidade e lembrou a todos de que forma nasceu a idéia deste mapeamento: *“eu acredito que neste momento estamos amplificando a coisa. Eu acho que posso contribuir resgatando o nascedouro desta história: em uma reunião do CTPIM foi colocado um investimento espetacular de máquinas e equipamentos, eu estava presente a época e manifestei uma sugestão, de como nós tínhamos como assento aqui no CAPDA o Secretário Nacional de Tecnologia Industrial Básica, que é professor Grando e que ele poderia ser o mecanismo de apoiar a introdução deste laboratório em rede nacional. Na reunião passada do CAPDA eu reiterei esta proposta, referendada e encaminhada na época pelo Edson Barcelos, pois o professor José Aldemir não estava presente. Eu fiz um “briefing” antes colocando que somente no PIM, no setor produtivo, sem medo de errar, em torno de 500 milhões de dólares existe de investimentos em máquinas e equipamentos, laboratórios, etc. Somente no setor produtivo privado, e que é interessante que conseguimos fazer o mapeamento com apoio da STI e realizado pela SECT, por ser o órgão do Estado que está aqui, coordenado pela SECT, um grande mapeamento do potencial de instrumentação, laboratorial etc. O detalhamento do projeto é consequência, não é o momento para que pudéssemos ter a mão elementos mais palpáveis para que a gente pudesse dizer: quantos cursos nós temos aqui nas nossas universidades que poderiam ser apoiados com uma articulação do setor produtivo privado que pode ter, na verdade tem, com absoluta certeza, alguns laboratórios com a carga de ociosidade muito grande e que poderia, vamos dizer assim, minimizar a necessidade imediata de duplicidade de laboratórios e de investimentos, ainda que temporalmente, em uma articulação entre as instituições de ensino, principalmente as públicas, e o setor produtivo. A proposta foi essa, era de nós fazermos um mapeamento deste potencial existente na Zona Franca de Manaus, no PIM. Fico muito gratificado em ver que esta sugestão teve aqui como uma proposta muito maior, que está colocada na pauta da SUFRAMA, já pensando no recurso que venha oriundo do CAPDA. Mas eu acredito que se a gente conseguir pelo menos começando aqui, dentro de casa, no pólo industrial, e nas instituições de ensino do Amazonas, e aí uma vez feito uma depois, é mais fácil a gente ampliar. Mas isso eu acho que é uma ação inclusive da estrutura de ciência e tecnologia aqui do Estado, é mais apropriado que seja feito por ela, do que independentemente seja feito pelo setor privado ou pelo lado de uma universidade, por que é um trabalho grandioso. Não é um negócio para qualquer um sair batendo de porta em porta. Tem que identificar o que queremos, para que queremos isso e aí, definir o tamanho do quadro que vai tocar isso e ter tempo para realizar e ter recursos também. Então é só para resgatar para a discussão que foi iniciada. (SIC)*

Senhor Oduval Lobato Neto, representante do Banco da Amazônia, comprometeu-se que na próxima reunião apresentará as informações disponíveis no Banco da Amazônia. Lembrou ainda ao Comitê que a SUDAM dispõem de recursos da ordem de 18 milhões de reais, do FDA (sic) e do Fundo Amazônia do BNDES que poderiam ser trazidos ao

CAPDA, assumindo a coordenação e a articulação destes recursos, propondo a ampliação da abrangência do diagnóstico para toda Amazônia Legal.

O professor José Aldemir cobrou uma definição sobre o que realmente o Comitê quer: se apenas o que foi financiado pelo CAPDA, financiado pelo sistema de C&T (CAPES, CNPq e FINEP/MCT) e as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia ou o tudo o que foi financiado? Adicionalmente definir o “para que queremos saber”?

O representante do MCT, senhor Adalberto Afonso Barbosa, corroborou com o professor José Aldemir, lembrando que este trabalho não é tão trivial, que o diagnóstico deve ser bem delineado e sugeriu que o plano de trabalho deve ser iniciado com os resultados da Lei de Informática para o Amazonas e devendo ser baseado no objetivo da Lei, que é a capacitação tecnológica e a competitividade, alcançados através dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, livres ou através de convênios com as instituições credenciadas, os investimentos das empresas, as aplicações do Fundo também e os Programas Prioritários. Finalizou dizendo que o trabalho deve priorizar o qualitativo e não o quantitativo, o que realmente foi gerado e qual a transformação social, e não descartar para elaboração deste trabalho a ajuda externa de especialistas, com a contratação de terceiros.

O representante do PIM, senhor Saleh Hamdeh, também concordou com as colocações lembrando a todos que se trata de recursos oriundos de uma renúncia fiscal e que seria importante para o Comitê avaliar até o momento se o caminho escolhido pelo CAPDA obteve os resultados esperados ou o Comitê deva redirecionar suas ações. Ponderou que o universo do CAPDA não seria tão grande como o do CATE (sic), mas o CAPDA é mais aberto nas aplicações dos recursos, não estaria concentrado apenas em TI. Lembrou ainda da inclusão dos recursos aportados diretamente pelas empresas, onde foram investidos e quais os resultados dos projetos. Finalizou afirmando que este trabalho seria uma prestação de conta das ações do Comitê à sociedade.

O representante do MCT, senhor Adalberto Afonso Barbosa, retomou a palavra e sugeriu como exemplo para o CAPDA o trabalho desenvolvido através do convênio do MCT com o CGE (sic), que é uma OS (Organização Social), mais uma instituição da UNICAMP, a GEOP (sic), e outros parceiros para uma avaliação mais qualitativa dos resultados da Lei de Informática.

O professor Edleno Silva de Moura, representante da Comunidade Científica, concordou com o que foi colocado e lembrou que no início do Comitê foi identificado o que poderia ser feito para se atingir os objetivos da Lei com a utilização do FNDCT e concluiu-se que se deveria investir em infraestrutura e na formação de recursos humanos. Continuou que além dos objetivos gerais deve-se também priorizar a perenização do Pólo Industrial de Manaus, que corresponde à fonte dos recursos, objetivando a sua sobrevivência, mesmo com a possibilidade da ausência dos incentivos no futuro, ponderando ainda que fosse um dos caminhos com relação à manutenção da floresta amazônica a existência do PIM. Concluiu que o estudo poderia mostrar o que se poderia fazer ainda com relação à infraestrutura e a formação em RH, atraindo indústria para a região, ajudando a SUFRAMA nestes objetivos.

A representante da FINEP, senhora Cristina Valente, ofereceu para disponibilização ao Comitê o relatório do trabalho desenvolvido para o FUNTEL (sic) pelo grupo que está no GEOP (sic), direcionados para empresas, onde se discutiu a metodologia para levantar os impactos econômicos e sociais na geração de empregos e qualificação de pessoas,

de recursos investidos, que poderia dar uma base para metodologia a ser utilizado no diagnóstico pretendido pelo CAPDA.

O senhor Saleh Hamdeh, representante do PIM, pediu a palavra e sugeriu um encaminhamento para o Comitê onde a SUFRAMA realizaria um levantamento quantitativo para a próxima reunião (do que foi gerado ano a ano de obrigação, os institutos que receberam a maior quantidade de recursos) e, simultaneamente, o Comitê tomar conhecimento destes trabalhos citados e avaliar de que maneira o diagnóstico poderá ser feito na forma qualitativa.

O representante da SUFRAMA, Elilde Menezes, ponderou que o trabalho poderia ser feito em camadas menores, sendo a primeira, o trabalho a ser realizado tendo como base os dois programas definidos na origem do CAPDA, o PROINFRA (sic) e os recursos decorrentes do meio por cento que o Comitê opera, para apresentação nas próximas reuniões, quanto dos recursos foram disponibilizados e quem recebeu. Continuou, sugerindo que a segunda camada teria como base os programas prioritários estabelecidos pelo Comitê; quais as empresas que aportaram recursos. A terceira camada seria com base em tudo o que os institutos receberam ou foram buscar nas empresas com obrigação de aplicar; levantar o que as empresas aplicaram internamente e assim por diante, aumentando a abrangência do diagnóstico.

O senhor Roberto Lavor, representante do PIM, concordou que o trabalho tenha que ser feito por etapas. Lembrou aos comitentes que o tema que gerou a discussão era menor e muito mais fácil de realizar, referindo-se a sua alusão inicial de que muitas das instituições no Amazonas não saberiam o que realmente existiria dentro delas. Quando lembrado, durante a sua fala, pelo representante da Comunidade Científica, professor Edleno Moura, de que a Universidade Federal do Amazonas publicou recentemente um livro sobre o assunto, avaliou que a situação seria ainda pior, referindo-se a sua divulgação, reforçando suas colocações através de exemplos de empresas que realizam análises laboratoriais fora do Amazonas e desconhecem a possibilidade de fazê-las na região. Sintetizou sua proposta inicial explicando que o diagnóstico deveria mostrar o que as Universidades no Amazonas e as empresas privadas no PIM dispõem com relação a equipamentos e laboratórios e que futuramente, no desenvolvimento de um novo programa ou projeto, não tenha que ser comprado ou financiado. Finalizou suas colocações explicando que seria uma oportunidade de permitir uma melhor interação do setor produtivo com o setor educacional público.

O professor José Aldemir resumiu, após as discussões, que com relação ao assunto existiriam três níveis de preocupação: o primeiro seria do Comitê de quais seriam as prioridades; a segunda seria a de dar uma visibilidade do que foi feito, referindo-se aos projetos que estariam sendo finalizados e dos que foram iniciados em 2009; e o terceiro seria a questão qualitativa, o que foi formado (RH) e o que foi investido em equipamentos e laboratórios, e a identificação dos resultados. Finalizou concordando com a sugestão do senhor Elilde Menezes de inicialmente setorizar dentro do Comitê identificando em cada um dos níveis apresentado o que realmente se estaria desenvolvendo e, na medida do possível, qualificar nestes três níveis os resultados, seus impactos e sugerir futuras correções. Sugeriu que para os projetos iniciados em 2009 os coordenadores fossem notificados oficialmente pelo CAPDA que reservassem recursos, para ao final de 2010 apresentarem em um seminário os resultados, o que permitiria a sociedade tomar conhecimento dos resultados obtidos pelos programas e projetos, referindo-se à difusão do conhecimento. Lembrou aos comitentes da urgência de se criar um Comitê para cuidar do Pro-TI e das definições das prioridades internas futuras do CAPDA.

O representante da SUFRAMA, senhor Elilde Menezes, lembrou que o Comitê estaria no caminho quando convocou a reunião extraordinária para a discussão da Resolução que credencia as instituições avaliando os critérios estabelecidos anteriormente, ponderando que a avaliação foi iniciada sem o conhecimento dos resultados qualitativos dos critérios vigentes. Questionou a FINEP quanto a disponibilização dos recursos necessários para o levantamento qualitativo dentro dos cinco por cento com o objetivo de contratar especialistas para desenvolver o diagnóstico.

A representante da FINEP respondeu que dependeria da definição correta da proposta e negociar. Finalizou explicando que esta proposta viraria um projeto, nos moldes do Termo de Referência, sugerindo inicialmente aos comitentes tomarem conhecimento do relatório que será enviado (FUNTEL, sic).

O professor José Aldemir questionou o Comitê sobre quem iniciaria o processo, solicitando que a FINEP e o MCT enviassem os documentos referentes a estas ações, do CGE-MCT (sic) e do FUNTEL-FINEP (sic).

O representante do MCT, senhor Adalberto Afonso Barbosa, sugeriu que este assunto constasse na pauta da próxima reunião.

O professor José Aldemir completou que constasse na pauta da próxima reunião e que com o tempo o Comitê desenvolva um esboço da proposta de avaliação. E que seja discutido na próxima reunião o Pro-TI, com relação ao responsável pelo programa, os recursos disponíveis e onde estariam sendo aportados.

A representante da FINEP, senhora Cistina Valente, reforçou colocando que seria uma avaliação dos resultados dos recursos investidos pelo CAPDA desde o início.

O senhor Elilde Menezes, da SUFRAMA, respondeu o questionamento do professor José Aldemir que o Pro-TI dispõe de um responsável e existe a destinação dos recursos, explicando que o Decreto criou o programa. Foi reunido a Comunidade Científica local e gerado uma Portaria publicada pela SUFRAMA que administra. Ressaltou, no entanto que o recurso já existia antes da criação do programa devido ao fato destes serem originados de aplicações de empresas glosadas por alguma impropriedade, pelos relatórios de acompanhamento, de empresas que não aplicaram a Lei e esta estabelece que estes recursos iriam para um Fundo, formando a origem dos recursos deste programa que foram depositados no FNDCT, sendo o guardião deste recursos a FINEP. Continuou a explicação, que os recursos não estavam sendo alocada na Instituição até o momento que foi instituído a Portaria e o Comitê levantou, inicialmente, os recursos e identificou um montante de 60 milhões e que na FINEP devido aos contingenciamentos e a não colocação no orçamento reduziu para 5 milhões. Lembrou a todos que a última ação de consenso do CAPDA foi a realização de um convênio com a FAPEAM para poder operar este recurso e a oficialização da solicitação pela SUFRAMA à FINEP e ao Ministério que fizessem a descentralização do crédito.

A representante da FINEP, senhora Cristina Valente, explicou que parte destes recursos estavam sendo depositados na ação programática do CT – Amazônia e ao final do ano de 2008 as carteiras foram separadas.

O representante da SUFRAMA continuou esclarecendo que os recursos estavam em uma única conta e o Comitê acabou dispondo dos recursos do Pro-TI dentro do CT – Amazônia.

A senhora Cristina Valente, FINEP, esclareceu a cronologia dos fatos (é que o Decreto foi criado em 2006, a SUFRAMA publicou a Portaria em 2008 e iniciou as discussões de como operar a aplicação destes recursos junto ao MCT) e colocou que a maneira mais rápida para repassar os recursos seria fazer através do MCT um termo de referência autorizando a FINEP, que é a Secretaria Executiva, descentralizar os recursos para SUFRAMA, sendo necessária ainda a elaboração de um plano de trabalho junto a SUFRAMA para encaminhamento à FINEP. Finalizou dizendo que o total de recursos disponíveis seriam de 5 milhões, mas alertou que houve uma nova alteração do limite de empenho no Ministério, sugerindo entrar em contato com a FINEP para verificação da recontagem dos recursos, e, por último, definir melhor como será a governança deste recursos.

O professor José Aldemir, sintetizou as discussões colocando aos comitentes que sobre a questão da avaliação (mapeamento/diagnóstico) na próxima reunião a apresentação de um esboço de projeto e seria decidido pelo Comitê o assunto e por último a questão do Pro-TI o Comitê dispor de uma maneira de “amarrar” (sic) de forma correta o que seria o programa.

O representante da SUFRAMA, senhor Elilde Menezes, explicou que a melhor maneira é ter alguma coisa na Lei que os recursos seriam geridos pelo CAPDA, lembrando a todos que o Comitê tem a governança dos recursos, os critérios de como aplicar, exemplificando o caso do CBA, onde os recursos do Ministério, MCT, são alocados para o Centro de Biotecnologia mediante a uma descentralização de créditos para a SUFRAMA, diferente do que ocorre com os recursos do Pro-TI, alocados no FNDCT, passam para FINEP, passam pelo MCT tornando difícil sua disponibilização. Esclareceu que foi solicitado pela FINEP e foi elaborado o Termo de Referência e agora está sendo solicitado um Plano de Trabalho. Finalizou lembrando que foi feito convênio SUFRAMA – FAPEAM, assinado e publicado faltando apenas os recursos serem transferidos para o orçamento da SUFRAMA.

A representante da FINEP esclareceu que todo o recurso do FNDCT tem uma governança mais sofisticada, mais complexa. São recursos orçamentários da FINEP, não cabe à FINEP decidir. A FINEP seria apenas a Secretaria Executiva e deve prestar contas ao FNDCT, e o Decreto (Pro-TI) estabeleceu que a gestão fosse da SUFRAMA e os demais recursos geridos pelo sistema FNDCT/FINEP/MCT, o que torna a liberação, juridicamente, mais complexa.

O professor José Aldemir, representante do Governo do estado do Amazonas, reforçou a colocação do representante da SUFRAMA lembrando que o estado flexibilizou seu limite de aplicação, assumiu as despesas da descentralização e está colocando a contrapartida inicial de dez por cento ressaltando que se o recurso não for liberado até o final de maio/2009 poderá ser redirecionado pelo Estado.

O representante da Comunidade Científica, professor Edleno Moura, colocou que entende a posição da representante da FINEP e que o problema é da burocracia na Instituição que necessita ser agilizada. Sugeriu que se ligasse para o senhor Aldo, MCT, solicitando a liberação para se saber o valor que realmente poderá ser utilizado, caso contrário ao final do ano de 2009 acontecerá, por falta de planejamento, uma correria para empenhar estes recursos dificultando a execução do programa.

O professor José Aldemir sugeriu uma reunião na segunda feira em Brasília com o senhor Aldo, no MCT.

A representante da FINEP, senhora Cristina Valente, informou aos comitentes que acabara de ser informada que o montante contingenciado seria de 273 milhões do total e que provavelmente os fundos menores as suas ações estariam resguardadas. Ressaltou que a estratégia colocada pelo professor José Aldemir e pelo representante da Comunidade Científica, mesmo que informalmente, tentar junto ao senhor Aldo, no MCT, identificar e garantir o montante de recursos disponíveis para o programa seria o ideal. Esclareceu que a burocracia é longa, e a FINEP tem que se resguardar, tem que prestar conta a CGU e ao TCU. Finalizou esclarecendo que a forma mais simples para liberação deste recurso é uma autorização direta através de um plano de trabalho simplificado e com o aval da diretoria da FINEP.

O representante do PIM, senhor Saleh Hamdeh, concordou que a melhor maneira de se esclarecer as dúvidas sobre o assunto discutido e resolvê-lo seria ir ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Colocou que a maior preocupação no momento é saber o montante dos recursos disponíveis. Sugeriu um terceiro item na proposta, questionando a SUFRAMA se seria possível para a próxima reunião uma visão quantitativa dos montantes de recursos da Lei 8387, de tudo o que foi captado e depositado no FNDCT.

O representante da SUFRAMA lembrou que em 2008, durante a Feira Internacional da Amazônia, foi realizado um seminário com as instituições mais relevantes, e apresentado o que elas estavam realizando. Informou que consta nos anais e que estão disponibilizados na página da SUFRAMA na rede.

O professor José Aldemir agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião.

Manaus, 1º de junho de 2009.

Elilde Mota de Menezes
Secretário Executivo - CAPDA